



Colóquio Turismo Natureza
Auditório da Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa
28 de Outubro

Cumprimento o Senhor Presidente do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, Prof. Dr. Mário Ruivo, Senhor Presidente da Confederação do Turismo Português, agradeço o convite que me foi endereçado para aqui estar hoje.

Cumprimento também todos os participantes neste colóquio que teve a ambição de, durante esta manhã, apresentar e debater várias dimensões importantes da Conservação da Natureza e Biodiversidade, do Turismo e do Turismo Natureza.

A minha intervenção é um pouco longa e por isso vou-me escusar a invocar dados que aqui já foram transmitidos, designadamente, em relação ao potencial da oferta do país em matéria de Turismo de Natureza e em particular o contributo específico, que os nossos valores ambientais têm para o mobilizar, em particular os que encontram no território das nossas áreas protegidas, uma expressão singular.

Um primeiro aspeto que julgo importante salientar é a evolução da forma como hoje se pensa a estratégia para o Turismo e conseqüentemente a organização da oferta turística.

Mais do que sabermos que queremos Turismo (e aqui e ali há interesse divergentes em relação ao modelo económico a privilegiar e que têm de ser dirimidos) a questão coloca-se agora **no Turismo que queremos**.

Tenho assistido com muito interesse à mudança de paradigma que a resposta a esta questão suscita. Estou em crer que hoje se pensa o Turismo de uma forma transversal e integrada.

- Transversal porque se olha para além dos recursos que durante tanto tempo, sustentaram o que parecia ser o essencial da nossa oferta, o 'sun, sand and



sea'. Mas também uma oferta standardizada e de resposta a uma procura muito regular e previsível.

Mas hoje queremos ter uma oferta que mitigue o efeito de sazonalidade, uma oferta diversificada (ligada ao litoral sim, mas também às cidades, à cultura, à natureza à atividade vitivinícola, à gastronomia, aos vinhos) e que aproveite os diversos recursos do território, que aproveite os equipamentos e infraestruturas em que tanto se investiu (que permita ter experiências distintas e numa lógica "compósita" utilizando os diferentes valores que o território oferece).

- Transversal, mas também de uma forma integrada, porque se assimilou que, hoje, cada vez mais as pessoas procuram uma vivência completa. Uma vivência que lhes permita mergulhar na realidade social e cultural dos países e das regiões que visitam. Os visitantes querem cada vez mais conhecer e sentir as paisagens, as pessoas, os seus costumes na forma mais genuína possível, longe dos produtos 'pronto a vestir'. Há até diferenciação nas condições intangíveis que podemos oferecer, como o silêncio, as cores, as atmosferas onde é possível a contemplação do céu, etc.

Compreendendo o sentido da procura, quem pensa o Turismo sabe que, assim, este nosso país tem de facto trunfos para se diferenciar no panorama internacional.

Percebemos que trabalhando o turismo nesta realidade transversal e integrada, esta passa a ser uma atividade económica que pode ajudar o país a lidar com muitos desafios importantes, como sejam o desafio do crescimento económico, os desafios da coesão social, porque muitos dos valores para os quais se olha agora com outra atenção, fazem parte dos territórios "mais adormecidos" do nosso país.

Digo sem rodeios, é este o Turismo que nos serve.



Um Turismo que é completo e integral, que valoriza os territórios de uma forma sustentada e que não causa desequilíbrios e o descaracteriza.

?Que outra atividade do século XXI pode melhor aproveitar os recursos do território e ao mesmo tempo protegê-los, porque deles depende o sucesso da própria atividade?

?Que outra atividade do século XXI pode melhor aproveitar os recursos do território dos quais depende o seu próprio sucesso e que, ainda por cima, não os paga como fatores de produção que são? (esta é uma provocação que não podia deixar de fazer, não me levem a mal)

Mas devemos ser capazes de fazer este mesmo tipo de raciocínio no domínio da Conservação da Natureza.

É justo reconhecer que desde sempre, a Conservação da Natureza encarou a gestão dos seus recursos nesta dupla dimensão de transversalidade (recursos que se complementam na oferta) e de integração (valorizar realidades culturais e sociais dos territórios). As características das nossas áreas protegidas a isso sempre obrigou! Mas sentimos hoje que, precisamos de fazer esforços no sentido de dar um novo impulso a esta realidade, tanto mais quanto e como já aqui disse, este é o Turismo que nos serve.

Deste modo, quero partilhar convosco a visão essencial do atual Governo, deixando aqui 3 notas e 4 desafios.

1ª nota para dizer que o tratamento de valores naturais implica uma ação:

- a) determinada,
- b) sem generalizações;
- c) com perseverança.

Determinada, porque temos sinais claros que a perda de biodiversidade é um facto objetivo e que carece de ser encarada de forma resoluta.

Este será o nosso foco essencial e acolheremos, com bom grado, as atividades económicas que se compaginem com estes objetivos.



Sem generalizações, porque o planeta, os seus habitats e espécies, assim como a expressão do homem e das suas atividades são suficientemente diversos para se generalizarem paradigmas. Tratar a especificidade, as particularidades não pode deixar de ser uma condição.

Com perseverança, porque quem acompanha e estuda a natureza sabe, que esta se encarrega, muitas vezes, de nos provar errados sobre aquilo que julgamos como certo. Tudo isto para dizer que adotamos uma abordagem, resoluta e responsável para a Conservação da Natureza e que é preciso desconstruir alguns padrões, mais de cariz comportamental do que de substância. Não nos devemos deixar aprisionar por *tabus* e devemos abrir mentalidades, que de algum modo deixámos enquistar com o tempo. **E a 2ª nota radica assim na aprendizagem que o modelo da proibição pela proibição nos trouxe.** É um paradigma do qual queremos descolar- porque, para proteger já não basta deixar ficar como está.

É preciso intervir de forma ativa!

Com pontuais exceções, a biodiversidade e a conservação da natureza sempre foram encaradas mais como um problema, do que como uma oportunidade ou uma solução. Esta é uma imagem de marca, que se consolidou com a pressão urbana dos anos 80 e 90 e que acarreta um ónus sobre o domínio ambiental à qual a conservação da natureza está ainda particularmente associada.

Se bem que este percurso muito tenha contribuído para a conservação e manutenção das características distintivas de cada uma das áreas protegidas e dos seus valores, também contribuiu para a sua “neutralização”, não as incorporando no processo de desenvolvimento.

Hoje sabemos todos mais e sabemos todos melhor, pelo que reforçaremos uma ação conjunta e mais orientada para a realidade objetiva das espécies, dos habitats e da ação do próprio homem naquilo em que cria relações simbióticas com a natureza.

São estas relações que despertam hoje o interesse que move pessoas a virem visitar um país onde, por exemplo, uma região de monocultura da vinha, a mais antiga região



vitivinícola demarcada do mundo, com forte atividade vitivinícola, convive e promove também a preservação de várias espécies emblemáticas de aves.

E a 3ª nota é exatamente para afirmar que o Homem é parte essencial dos equilíbrios naturais

Não se pode hoje falar de forma desgarrada dos desafios das áreas de interesse para a conservação da natureza, dos desafios que se fazem sentir também no país no seu todo.

As áreas classificadas são manifestações singulares da riqueza que têm sofrido do mesmo abandono que afeta vastas áreas do interior, levando à alteração equilíbrios naturais que julgávamos perenes e autossustentados.

Se não há pessoas, não há quem cuide, se não há atividade não há quem aproveite os recursos e valores deste património e contenha os processos de perda de biodiversidade.

Curiosamente o inverso leva a idênticos resultados: se há muitas pessoas ou sobre utilização e se não existe uma adequada gestão da visitação, não há quem aproveite verdadeiramente os valores e recursos deste património acelerando os processos de perda de biodiversidade.

Há portanto uma linha ténue, um limite que sempre temos que acautelar para que a convivência entre o Homem e a Natureza seja verdadeiramente harmoniosa e, como se diz agora “Win-Win”.

E é nesta dimensão que o Turismo de Natureza assume um carácter estratégico para a gestão das nossas áreas protegidas, pois traz pessoas a estas áreas, vida a estes territórios, pelas dinâmicas que é capaz de gerar.

A existência de atividades económicas consistentes é essencial para fixar as pessoas e o Turismo de Natureza tem aqui um espaço importante.



Saibamos nós desenvolver as boas práticas que permitam conciliar essas atividades com os valores naturais, controlando quando necessário a pressão humana, para promover e gerir a visitação e a fruição das áreas naturais, dinamizando sempre modelos adequados aos valores existentes, que valorizem os serviços de ecossistemas.

Mas então quais são os nossos desafios? Aponto 4.

1º Desafio é o da necessidade de se trabalhar a apropriação dos valores naturais

Um valor que não é conhecido e reconhecido não se sustenta. Há que aprofundar a aposta na projeção dos valores naturais do país, também no quadro das políticas ativas de internacionalização que têm expressão nos diferentes sectores.

A consciência global sobre a sustentabilidade das atividades (na sua tripla dimensão, económica, social e ambiental) está cada vez mais apurada e há uma procura efetiva e crescente de produtos, serviços e até mesmo locais para viver e fruir, que garantam uma oferta equilibrada e sustentável.

A promoção dos recursos naturais, em particular das áreas sensíveis, constitui uma matéria que se pretende dinamizar, através de instrumentos eficazes de comunicação. Em conjunto precisamos de, por exemplo:

- persistir na projeção da valia do património natural nacional, como tem vindo a suceder com a marca Natural.pt que divulga as áreas sensíveis nacionais, ao mesmo tempo que se põe ao serviço das populações, possibilitando a promoção dos produtos singulares de quem tem atividade nestas áreas;
- conhecer e divulgar os serviços dos ecossistemas, enquanto o instrumento essencial para explicar a valia que a biodiversidade têm para o desenvolvimento, social, económico e ambiental do país.

É este o espírito que queremos adotar e reforçar: Isto é, assumir a Conservação da Natureza como um desígnio partilhado onde há espaço para a administração, as autoridades, as universidades e as organizações da sociedade civil, os municípios e o



sector empresarial, este cada vez mais aberto a desenvolver estratégias de sustentabilidade, já com expressão em boas e adequadas práticas na gestão das suas operações. O Turismo começa a ser um exemplo.

Ponto importante na concretização deste propósito, passa por tornar mais próxima a gestão das Áreas Protegidas daqueles que estão no território, permitindo uma melhor leitura dos seus desafios e maior adaptabilidade das soluções.

E este é o nosso 2º desafio, ou seja, tornar mais próxima a gestão das Áreas Protegidas daqueles que estão no território.

Queremos muito aproximar as áreas protegidas dos cidadãos e visitantes implementando modelos de gestão de maior proximidade e participação, permitindo que sobre estas áreas se congreguem esforços no sentido de as dinamizar e pôr ao serviço do país.

Temos vindo a assistir a numa progressiva capacitação dos Municípios e das Comunidades intermunicipais.

Ao mesmo tempo, há vontade das autarquias para desempenhar um papel mais interventivo na gestão dos territórios que lhe estão confiados, incluindo aqueles que estão integrados em Áreas Protegidas.

Mas há sobretudo uma nova cultura que reconhece os valores em que assenta a conservação da natureza e que reconhece o retorno social e económico de uma gestão que os acautele e mobilize.

Ainda neste âmbito importa destacar o papel das autoridades administrativas nos territórios, não só pelo simbolismo que a sua presença tem na preocupação de cuidar desses espaços, mas porque constitui também um fator de valorização das áreas.

Neste aspeto em particular, entendemos focar também os nossos esforços na Vigilância, pelo que decidimos um reforço das equipas de Vigilantes da Natureza e estamos apostados em fazer uma reflexão sobre o rumo que a carreira do Vigilante deve ter.



Acreditamos que a qualificação destes quadros é um caminho, na medida em que são o garante da disciplina que uma área protegida deve ter. Mas também são quem melhor pode organizar e aconselhar a visitação, realçando os valores presentes.

Julgamos, por exemplo, que não será um atrevimento pensar num corpo de Vigilantes que fale outros idiomas, para além do português, e assim possam interagir com quem visita as áreas e prestar a necessária orientação.

O 3º desafio é o da partilha de benefícios

É comum dizer-se que a natureza não tem preço. Mas tem!

Para isso basta reconhecer que gera benefícios e sustenta atividades económicas.

Precisamos de encontrar formas tangíveis de fazer com que a riqueza assim gerada possa reverter para a manutenção e o investimento em matéria de conservação da natureza. Precisamos de atribuir um preço aos tais fatores de produção de que falei.

Creemos que há instrumentos suficientes ao nosso dispor para criar uma simbiose de interesses e partilha de benefícios de maneira a assegurar a sustentabilidade do sistema.

O modelo de gestão das áreas protegidas que pretendemos impulsionar, tem também este fito, isto é, de encontrar formas de sustentação da atividade de conservação da natureza, por quem no território mais diretamente beneficia da economia que este ativo gera e o pode ampliar, a bem do desenvolvimento local.

Por fim, os desafios comuns da biodiversidade, da conservação da natureza, da agricultura, da floresta, do mar e também do turismo natureza

Percebemos que, cada vez mais, os desafios que temos entre mãos impõem uma abordagem convergente, colaborativa e participada.



O desígnio de estancar a perda de Biodiversidade surge, de forma indiscutível, como um dos princípios essenciais do Programa do atual Governo, em matéria de Ambiente.

As áreas sensíveis funcionam em rede e com interligações que têm de ser salvaguardadas. Se é certo que 18% do território continental está classificado como Sítio de Interesse Comunitário, percebe-se a relevância desta área do país para o desígnio da Biodiversidade.

Sabemos que a Conservação da Natureza, não se esgota nestas áreas de valor excecional e que entre elas há um efeito de rede, alicerçada em ligações que têm de ser garantidas, razão pela qual a própria Rede Fundamental de Conservação da Natureza compreende as áreas da Reserva Ecológica Nacional e da Reserva Agrícola Nacional, os Sítios de Interesse Geológico e mesmo de interesse Cultural.

Por outro lado, sabemos que não há políticas de conservação da natureza operativas, sem uma integração, e efetiva promoção dessas políticas nos instrumentos que levam à prática, políticas sectoriais, na agricultura, no mar, nas florestas e mesmo no turismo.

Sabemos que é preciso cuidar desse património como um ativo estratégico, que cremos ter uma expressão no mesmo patamar do património cultural e da paz social, que diferenciam o nosso país internacionalmente e o tornam cada vez mais um destino de excelência.

Mas também é uma tarefa que a todos convoca e é bem o exemplo de como, juntos e com inteligência, seremos capazes de fazer mais e de fazer melhor.

Agradeço muito o convite que me foi endereçado para convosco partilhar esta reflexão.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO
DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
E DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Deixo uma forte e profunda convicção: o Turismo de Natureza tem espaço para crescer no nosso país e ser motor da promoção da biodiversidade, com especial incidência na nossa Rede Nacional de Áreas Protegidas.

Saibamos nós ser criativos, conhecedores mas também sensatos na compreensão dos limites que a Natureza também nos oferece!

Muito obrigada!

Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza
Célia Ramos